

PGR é provocada sobre ataques da Secom contra cineasta Petra Costa

07/02/2020

A Procuradoria Geral da República foi oficialmente acionada para apurar a atuação da Secretária de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) sobre os ataques à cineasta Petra Costa na última terça-feira (4/2).

Costa é diretora do documentário *Democracia em Vertigem*, que reconta o passado recente da democracia brasileira, com destaque para o impeachment de Dilma Rousseff. O longo está concorrendo ao Oscar de melhor documentário — a cerimônia de premiação será no próximo domingo (9/2).

Divulgação



Cineasta foi alvo de ataques destemperados do perfil oficial da Secom no Twitter
Divulgação

No dia dos ataques, a **ConJur** buscou a opinião de especialistas; a maioria dos consultados apontou que a Administração Pública houve **quebrou** os ditames do princípio da impessoalidade.

A representação é endereçada ao procurador-geral Antônio Augusto Aras e foi protocolada pelos advogados **Vinícius Augustus Fernandes Rosa Cascone** e **Maíra Calidone Recchia Bayod**, representando o médico, professor e vereador Pedro Tourinho (PT), de Campinas/SP.

Petra Costa despertou a ira de correligionários do governo ao conceder uma entrevista à emissora norte-americana PBS. O perfil oficial da Secom passou a atacar Petra Costa em uma série de postagens. Em uma delas, o órgão público chamou a cineasta de “agente anti-Brasil”.

Na representação à PGR, os advogados alegam que, ao propagar a ofensa em perfil oficial do governo, a Secom feriu principalmente o artigo 37 da Constituição Federal, que versa sobre a Administração Pública.

Os patronos pleiteiam a imediata abertura de procedimento administrativo para a investigação penal e cível, bem como judiciais, a fim de apurar a materialidade e a autoria dos fatos penais que vierem a ser tipificados e os ilícitos civis e administrativos apontados; o oferecimento de denúncia criminal, em face da conduta possivelmente antijurídica dos envolvidos, para que seja promovida a respectiva e necessária ação penal que os fatos reclamam e a abertura de inquérito civil administrativo, a fim de apurar responsabilidades civis e políticas pela eventual prática de atos de improbidade administrativa pelos envolvidos.

Clique [aqui](#) para ler a representação

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2020-fev-07/pgr-provocada-ataques-secom-cineasta-petra-costa/>